

Cidadania interativa, comunidade e sociedade: uma análise com prelúdio e três atos¹

RESUMO

Orientado pela discussão em torno da possibilidade de recomposição do exercício da cidadania por meio da produção de conteúdos para diversas mídias, o artigo analisa determinados pressupostos sociológicos para este debate. Assim, temas como reconstituição das identidades sociais são articulados à discussão da tensão entre comunidade e sociedade.

ABSTRACT

Oriented by the discussion around the possibility to recompose the exercise of citizenship, through the production of contents for different kinds of media, this article analyses certain sociological premises for this debate. In this sense, themes as the reconstitution of social identities are articulated with the discussion of the tension between community and society.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

- Cidadania interativa (*Interactive citizenship*)
- Comunidade e sociedade (*Community and society*)
- Mídias (*Media*)

Hermílio Santos

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS.

Introdução

AS CIDADES brasileiras convivem com um paradoxo nada trivial: por um lado, as tecnologias de informação e de comunicação (como rádios, TV e Internet) têm sido utilizadas cada vez com maior frequência, revelando em certa medida o acúmulo e a disponibilidade de alguma riqueza na sociedade. Por outro lado, verificamos a existência de segmentos sociais marginalizados. O termo “marginalizados” refere-se a pessoas vivendo na sociedade, porém situados periféricamente, à margem, seja geograficamente – em habitações precárias –, seja à margem do acesso aos bens públicos como também privados, ou ainda à margem do reconhecimento pelos demais membros da sociedade. A presente análise será articulada em torno deste último componente da marginalidade, ou seja, o de estar à margem do reconhecimento por parte dos concidadãos. Esta situação de marginalidade revela sua dupla face: por um lado provoca o abalo das condições de possibilidade para o exercício da cidadania, por outro lado pode ser considerada consequência da precariedade do exercício da cidadania.

Uma questão relevante que se coloca então é saber de que forma setores sociais marginalizados podem ter reconstituída sua condição para o exercício da cidadania. De maneira mais específica, quais são as possibilidades de ocorrer esta recuperação fazendo uso das tecnologias mencionadas acima, contribuindo assim para o estabele-

cimento de relações societárias? A hipótese explorada será a de que a capacidade dos indivíduos de participarem satisfatoriamente no processo de interação social contribui substancialmente para o exercício da cidadania no mundo contemporâneo e de que mídias podem representar um instrumento capaz de desempenhar um papel relevante neste processo. Mais precisamente, nossa hipótese é de que o processo de manipulação (manuseio) e de produção de conteúdos para diversas mídias – como pode ser verificado em vários projetos em todo o Brasil – por parte de segmentos sociais marginalizados pode contribuir para que tais setores passem a exercitar uma modalidade de cidadania cada vez mais importante, cuja denominação sugerida por nós é *cidadania interativa*.

Nossa discussão teórica estará organizada em um prelúdio, onde é apresentado o conceito de cidadania interativa, e três atos. No primeiro ato será apresentada brevemente uma discussão em torno do contraponto entre comunidade e sociedade, problematizando em especial a descontinuidade do vínculo entre sociedade e comunidade. O segundo ato trata da possibilidade de recomposição da identidade social de indivíduos vivendo em comunidades em condições de marginalidade. No terceiro e último ato iremos tratar da possibilidade de recomposição do vínculo entre sociedade e comunidade, onde a reconstituição de identidades sociais é imprescindível para o exercício da cidadania interativa, ao mesmo tempo em que tal exercício pode contribuir para articular o vínculo entre comunidade e sociedade.

Prelúdio: em torno do conceito de cidadania interativa

O ponto de partida comum às abordagens correntes de cidadania, que tem na obra de T.H. Marshall (1967) um dos suportes mais importantes, é seu recorte macrossocial no qual os indivíduos estão envolvidos e seu

estrito vínculo à noção de participação na vida pública. De maneira mais específica, parte considerável das abordagens mais fluentes de cidadania estão concentradas na análise da relação de indivíduos – enquanto atores sociais – com instituições políticas, sociais e econômicas. Assim, cidadania é algo exercido exclusivamente em conexão a instâncias publicamente reconhecidas. Porém, os mecanismos ou processos de marginalização estão localizados em diferentes esferas sociais e afetam categorias de pessoas de maneira diferente. Estes mecanismos incluem não apenas os processos institucionais, tal como salientado pelas abordagens correntes, mas também os aspectos econômicos, culturais, espacial, o capital social – este último expresso por meio da exclusão das redes sociais que sejam socialmente valorizadas (Anthias, 2001: 839) –, ou ainda os recursos simbólicos. Como já havia salientado, iremos nos limitar em analisar este último aspecto como definidor do exercício da cidadania. Devo adiantar que embora a análise dos recursos simbólicos esteja presente em diversas escolas sociológicas, não é comum que se estabeleça a partir dele qualquer vínculo explícito às condições de possibilidade para o exercício da cidadania.

O conceito de cidadania interativa pretende dar conta precisamente da relevância do processo de interação social para o exercício da cidadania, onde os recursos simbólicos assumem um papel preponderante. No processo de interação social os indivíduos organizam sua ação orientados, em primeiro lugar, pelo sentido de elementos físicos e não-físicos. O sentido de tais elementos, porém, não é intrínseco a eles, mas sim produzido no processo de interação social. Neste processo, os sentidos são manipulados e modificados por um processo interpretativo adotado pela pessoa na relação aos elementos com os quais ela entra em contato. O processo interpretativo compreende duas fases distintas: na primeira, a pessoa que age estabelece a si mesma os elementos com os quais têm relação, isto é, a pessoa deve especificar os elementos que gozam de sen-

tido. Na segunda fase, após o processo de autocomunicação, a interpretação implica uma manipulação de sentidos, na qual o agente seleciona, reagrupa e transforma os sentidos de acordo com o ponto de vista da situação na qual ele está confrontado e que está relacionado com suas ações (Blumer, 1969: 5). A fluência deste processo depende da constituição e consistência do *self*.

O *self* é algo distinto do organismo fisiológico de um indivíduo, não está presente desde seu nascimento, mas surge acima de tudo através do processo de atividades sociais, ou seja, através da relação com outros indivíduos. É impossível conceber a constituição do *self* fora da experiência social, apartada da interação entre indivíduos, o que equivale a dizer que o *self* apenas pode surgir quando em comunicação com outras pessoas através de símbolos. Portanto, o ápice do processo interativo ocorre quando o indivíduo é confrontado com o outro generalizado, ou seja, quando o indivíduo atua de acordo com as expectativas das ações dos outros que tomam parte no jogo (conf. Mead, 1972, Parte III). Aqui, "outro" refere-se à organização das atitudes daqueles envolvidos no mesmo processo. A interação ocorre quando se dá a adoção recíproca de papéis, ou seja, quando dois ou mais indivíduos fazem inferências sobre seus próprios papéis e assumem simbolicamente – não fisicamente – o papel do outro, utilizando este processo enquanto orientação para suas ações (Berlo, 1999, p. 131). Assim, a posição social do indivíduo é determinada, entre outros fatores, pela capacidade de praticar com desenvoltura – o que não significa de maneira consciente – todo este complexo processo em seu cotidiano.

Neste sentido, relevantes parecem ser não apenas os recursos materiais, dados pela condição econômica, mas em especial os recursos simbólicos controlados pelos indivíduos. Os recursos simbólicos atuam como complemento aos recursos políticos, econômicos e sociais disponíveis aos indivíduos para que possam exercer satisfatoriamente sua condição de cidadão. Assim, por

cidadania interativa entendemos a situação na qual indivíduos dispõem dos recursos simbólicos necessários para estabelecer relações interativas na sociedade, consideradas aqui como uma pré-condição indispensável para o reconhecimento do indivíduo por uma determinada comunidade. Para o conceito de cidadania interativa, portanto, a presença e o manuseio de mídias não ocupam um lugar preponderante. Contudo, para os fins da discussão aqui proposta, o conceito e a prática de cidadania interativa são analisados à luz do contexto em que ocorre a produção de conteúdos para mídias por parte de indivíduos em comunidades marginalizadas, uma vez que este contexto poderá deixar mais evidenciado a construção e manuseio de recursos simbólicos.

Primeiro ato: a idéia de comunidade como oposta e complementar à idéia de sociedade

O primeiro passo a ser dado aqui deve ser feito no sentido de esclarecer do que se trata quando estamos falando em sociedade. Dentre as abordagens sociológicas mais influentes, uma delas parece-me bastante esclarecedora, aquela oferecida pelo sociólogo norte-americano Talcott Parsons. Parsons concebe as sociedades complexas como sendo compostas por quatro subsistemas (economia, político, socialização e comunidade societária), sendo que cada um deles teria uma função a cumprir. Três características centrais compõem a definição de sociedade oferecida por Parsons: a organização de relações em torno de focos territoriais ou de parentesco; um sistema de determinação de funções e de atribuição de recompensas e, por fim, estruturas integrativas capazes de controlar tais atribuições e regular conflitos e processos competitivos (Rocher, 1976: 67-68). Portanto, embora pareça soar bastante abstrato, o termo é usado para fazer referência a coletividades existentes, às quais é possível circunscrever, identificar e

localizar.

O segundo passo deve ser dado na direção de discutir o conceito de comunidade, e mais especificamente de comunidades locais. Neste ponto, um dos riscos mais importantes é resvalar para uma posição nitidamente ingênua de se acreditar que a comunidade, na luta contra uma sociedade que marginaliza, seria o refúgio seguro e exclusivo para a convivência e a cidadania. Aqui iremos discutir tal questão, buscando problematizar em primeiro lugar precisamente a possibilidade de se falar em comunidade e a relação entre sociedade e comunidade.

A partir do conceito de “sociedade em rede” proposta por Castells (1996), Wittel (2001) propõe o conceito de “socialidade em rede” (*network sociality*). Este conceito pretende dar conta do tipo de relação social que se estabelece na “sociedade da informação”. Segundo Wittel (2001: 51), se por um lado a comunidade é marcada pelo senso de pertencimento, a socialidade em rede representa integração e desintegração. Entretanto, como ficará claro logo em seguida, este componente também já está logicamente presente nas relações desenvolvidas na comunidade, uma vez que *inclusão* compreende ao mesmo tempo *exclusão* (Jenkins, 2002: 80). A análise proposta por Wittel parece indicar um tipo de abordagem corrente, ao concentrar-se mais na forma e menos no conteúdo das relações sociais, uma vez que estará preocupado com o contexto “espacial” em que se concretizam as relações interativas.

As formas correntes de interação são possíveis por estarem orientadas por uma percepção da alteridade. As comunidades se afirmam e são possíveis na medida em que há a percepção do eu e do outro, ou seja, a percepção da identidade e da pluralidade. Entretanto, uma tal percepção não está orientada necessariamente para a integração da pluralidade no processo interativo. Ao contrário, o que pode estar por detrás da construção de comunidades é precisamente a tentativa de exclusão da

diferença, na medida em que as comunidades não devem ser violadas por “intrusos” (ver Elias e Scotson, 2000). As comunidades representariam um momento reservado ao convívio com o semelhante e não com o distinto. Com frequência, buscando-se contrapô-las à sociedade, as comunidades são descritas como se não fossem estratificadas, aceitando a todos independente de sua posição social. Estudos revelam que a estratificação social também está presente nas comunidades, assim como em qualquer contexto regular de interação face a face. A estratificação em comunidades pode surgir por diferentes razões, entre elas pelas diferenças na contribuição que cada membro dá à comunidade, por diferentes níveis de habilidades ou conhecimentos relacionados às atividades da comunidade, atributos sociais ou físicos distintos, dentre outros (Brint, 2001, p. 15).

Uma questão relevante aqui é saber sob quais condições é possível falar em comunidade e em que ela se distingue da sociedade. Embora essa discussão não seja recente na literatura sociológica, parte considerável dos estudiosos a relegaram por muito tempo a um plano secundário. O desinteresse de parte dos pesquisadores, em especial no Brasil, deveu-se em certa medida à crença bastante difundida de que as comunidades representavam espaços de convivência que privilegiavam a atenção a questões paroquiais e a reprodução de práticas e valores retrógrados. Essa leitura refletiu tanto na preferência teórica por abordagens exclusivamente macrosociológicas quanto em práticas políticas correspondentes.

Mais recentemente verificamos um interesse revigorado pela temática em tela – não amplamente assimilado pela literatura sociológica, contudo –, marcado, porém, como já havíamos afirmado, por uma sobrevalorização das potencialidades comunitárias. Pode ser identificado nesta acentuação um certo, porém importante, indício da existência de uma descontinuidade ou descompasso entre comunidade e socie-

dade. Mais adiante discutiremos aspectos desta suposta descontinuidade. O interesse da discussão aqui será portanto o de temperar a análise, evitando polarizações que privilegiam uma em detrimento de outra, tanto como objeto de análise quanto no que concerne ao estabelecimento de iniciativas tanto públicas quanto das organizações da sociedade civil.

Parafraseando a ex-primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, que em certa ocasião afirmou que não existiria uma tal coisa chamada sociedade, mas apenas indivíduos, podemos exagerar o interesse exacerbado pela comunidade, dizendo que não existiria isso a que denominamos sociedade, mas apenas comunidades. A vertigem societária nada mais seria então que um conglomerado de comunidades – estas sim reais – que se interconectam. Não há dúvida que o termo “comunidade” permanece ressoando no discurso público como símbolo e aspiração (Brint, 2001: 1). Como aponta Brint, o termo sugere muitas características atraentes das relações sociais, como o senso de familiaridade e segurança, interesse e apoio mútuo, lealdade contínua, entre outros. Na sociologia, um dos primeiros autores a vincular tais elementos às relações sociais mais propriamente comunitárias foi Ferdinand Tönnies, em seu livro *Comunidade e Sociedade* (1947), publicado originalmente em 1887. Analisando em termos evolucionistas, Tönnies considerava a sociedade enquanto a maturidade das relações humanas e a comunidade precisamente sua infância. À comunidade Tönnies vinculava as seguintes características: modo de vida semelhante, crenças comuns, vínculos estreitos e interação freqüente, pequeno número de pessoas, distância dos centros do poder, familiaridade, continuidade e vínculos afetivos. À sociedade, ao contrário, Tönnies associava os seus opostos: formas de vida e crenças distintas, vínculos dispersos e interação pouco freqüente, grande número de pessoas, proximidade dos centros de poder, com regras para superar desconfiança, com competição regulada, etc. A incon-

gruência desta abordagem, segundo Brint, é que formas de vida semelhante não implicam necessariamente crenças comuns, nem um pequeno número de pessoas implica formas de vida idênticas, por exemplo. Ao final das contas, a análise de Tönnies convida à confusão e encoraja tanto a romantizar ou a desprezar as comunidades (Calhoun, apud Brint, 2001, p. 3), fortalecendo a interpretação de que houvesse uma descontinuidade entre comunidade e sociedade. Como veremos logo adiante, é possível que isto possa ocorrer; contudo, isto significaria não o curso normal do estabelecimento de relações sociais, mas, ao contrário, sintomas de anomia.

De acordo com Parsons, o traço mais relevante a distinguir a comunidade da sociedade é fornecido pelas relações sociais que se estabelecem, constituindo a orientação geral para a ação guiada pelos valores. Tais relações sociais estão bifurcadas; de um lado as relações societárias e de outro as relações comunitárias. Ao contrário de Tönnies, porém, Parsons procura explicitar as múltiplas dimensões envolvidas nesta oposição, ou seja, as relações sociais não estão organizadas bipolarmente. Tais dimensões são apresentadas por uma série de dilemas com os quais está defrontado qualquer ator social. A esses dilemas Parsons chamou variáveis estruturais, formando ao todo os seguintes quatro pares de dilemas: entre universalismo e particularismo; entre desempenho e qualidade; entre neutralidade afetiva e afetividade; e entre especificidade e difusão. Enquanto as primeiras opções correspondem às relações societárias, a segunda opção refere-se às relações comunitárias. Contudo, esta oposição não quer significar que as opções cotidianas de um curso de ação excluam, sob determinadas circunstâncias, a possibilidade de se agir seguindo um curso de ação oposto. Isso significa que em certos casos exige-se relações comunitárias e em outros as societárias (Rocher, s/a, p. 44), ou seja, as relações comunitárias implicam necessariamente ter presente as relações societárias. Não por coincidência

Parsons usa o conceito de *comunidade sociotária* para se referir à dimensão onde se dá efetivamente a coesão social.

Apesar do uso crescente e intenso da Internet como meio de comunicação nos relembrar da possibilidade de criação de comunidades não conectadas pelo espaço físico, ainda articulamos a idéia de comunidade à imagem de compartilhamento da geografia. Essa imagem é ainda mais nítida quando se fala em comunidades locais. O adjetivo “local” embutido no substantivo composto “comunidades locais” não parece deixar dúvida de que, de fato, estamos tratando de comunidades que estão circunscritas pela delimitação espacial. Entretanto, quais as condições para que possamos falar em comunidades locais?

Para se falar em comunidades locais não há dúvida que a geografia constitui o ponto de partida. Porém, uma distinção conceitual entre grupo e categoria deve ser levada em consideração para que possamos ter presente que outros elementos devem ser introduzidos para nos permitir fazer referência a comunidades locais. Embora o processo de categorização invoque a identidade de grupo, isto não chega a criar necessariamente um grupo real (Jenkins, 2002: 88). Alguns autores reconhecem a existência de situações em que ocorre a identificação do grupo ou de uma coletividade através de categorização prévia. Este fenômeno está bastante bem compreendido por meio da formulação de Marx da distinção entre “classe em si” e “classe para si”. A classe trabalhadora, por compartilhar a situação de não possuir os meios de produção se constituiria numa classe em si, por estarem assim alienados do resultado do seu trabalho. Por esta mesma razão, ou seja, por compartilharem uma situação semelhante, possuiriam interesses semelhantes. Tais interesses, contudo, apenas poderiam ser concretizados caso os trabalhadores se constituíssem em uma classe para si, ou seja, realizassem eles próprios seus interesses, constituindo-se assim como um ator coletivo. Esta formulação, embora remota e

cujo uso derivou-se inúmeras tentativas de articulação política – muitas delas desastrosas –, poderá nos ser útil aqui para analisar a possibilidade de constituição de comunidades, e mais especificamente, de comunidades locais, pois como lembra Robert Merton, o abuso de um conceito ou abordagem não invalida o seu uso.

Podemos aqui recorrer à análise de Marx para discutir a possibilidade de constituição de comunidades locais, introduzindo entretanto alguns reparos, inspirados nas modificações já realizadas por Alain Touraine. Touraine (2001: 105), ao analisar a constituição de sujeitos históricos coletivos, afirma que se trata de uma impossibilidade falar-se em classe em si, mas tão-somente em classe para si. Para aquilo que Marx e os marxistas chamam de classe em si, Touraine prefere, assim como Weber, o termo situações de classe. O motivo apresentado pelo sociólogo francês é o fato de esta terminologia proposta evitar a confusão de acreditar que o fato de compartilhar condições objetivas de relação vis-à-vis os meios de produção sejam suficientes para a constituição de um sujeito coletivo. A constituição deste sujeito dependeria, mais do que o compartilhamento de situações de classe, do fato de compartilharem ações, a partir do reconhecimento da situação de dominação e alienação a que estão submetidos. De maneira análoga, o conceito de comunidade local seria de pouca utilidade caso o critério de sua identificação fosse exclusivamente o fato de compartilhar situações objetivas de vida, como condição e localização da moradia, ou ainda local de trabalho.

Nossa referência a comunidades locais tem como pressuposto a existência de uma comunidade para si, para falar em termos marxianos. Comunidade local, tal como estamos concebendo aqui, pressupõe necessariamente o compartilhamento de uma identidade coletiva expressa por valores comuns. Isso significa que as pessoas de uma determinada comunidade devem possuir algo socialmente significativo em comum, tendo em tal elemento ou elemen-

tos o demarcador de fronteiras. Ou seja, não se pode reconhecer similaridades sem se delinear ao mesmo tempo as diferenças (Jenkins, 2002: 80). Diferentemente, porém, do conceito de classe para si, o conceito de comunidade local não significa a constituição de um sujeito coletivo histórico, ou seja, aquele que se coloca o projeto de inverter as relações de dominação existentes na sociedade tal como identificadas pela literatura marxista.

O que é preciso então é minimizar o acento sobre a forma possível assumida por uma comunidade e colocar em relevo seu conteúdo, ou seja, relacionar o conceito de comunidade ao conceito de identidade. Para que uma comunidade possa ter presença social é fundamental que sua identidade seja reconhecida não apenas por seus membros. É precisamente este possível reconhecimento identitário, ao mesmo tempo interno e externo, que torna o vínculo entre comunidade e sociedade mais consistente. Ao contrário, o descompasso exacerbado nesse reconhecimento entre as identidades comunitárias e societárias pode significar o surgimento de problemas sociais de grande profundidade, pois não se trata apenas de assimetria quanto ao acesso aos bens públicos. Ainda mais relevante que isso parece ser a assimetria no compartilhamento de valores comuns entre sociedade e as distintas comunidades.

Antes de prosseguirmos é fundamental deixar ainda mais explícito de que forma os valores comunitários e societários estão conectados. Nesta empreitada é importante recorrer mais uma vez a Parsons, que concebe este vínculo por meio de um sistema de trocas. Segundo Parsons, os quatro subsistemas da sociedade- economia, político, socialização e comunidade societária- estão vinculados por uma rede em que circulam quatro meios de troca: moeda, poder, influência e compromisso. Desses, o mais importante para nossa análise é justamente a influência, por ter sua origem na comunidade societária, responsável na estrutura analítica de Parsons pela integração. Trata-

se da “capacidade de conseguir adesão, a aprovação ou a lealdade por um exercício de persuasão” (Rocher, 1976: 72). Para o equilíbrio de uma sociedade é imprescindível haver um fluxo contínuo neste sistema de trocas, em que todos os membros da sociedade possam contribuir, mesmo que não necessariamente de maneira simétrica. O rompimento deste fluxo ou seu mau funcionamento pode acarretar problemas sociais dos mais graves. Comunidades locais marginalizadas, além de sofrer as já conhecidas limitações de caráter material, estão igualmente afetadas por esta limitação no processo do sistema de trocas. Uma consequência bastante previsível é haver uma descontinuidade simbólica entre sociedade e comunidade, em que os valores correntes na sociedade estão presentes na comunidade apenas de maneira frágil, ou seja, sem que a própria comunidade possa contribuir para seu desenvolvimento.

No próximo ato será tratada de maneira mais explícita a possibilidade de constituição de valores comuns para a configuração da comunidade local, analisando especificamente o papel que as mídias podem cumprir neste processo. No terceiro ato iremos tratar então da possibilidade de reconexão entre sociedade e comunidade como elemento indispensável para o exercício da cidadania interativa.

Segundo ato: a recomposição identitária dos membros da comunidade

A literatura sociológica recente tem apresentado uma maior receptividade às análises sobre desigualdade e marginalidade social (ou exclusão) que não estejam fundamentadas exclusivamente na abordagem de classes sociais (Anthias, 2001). Duas abordagens alternativas procuram dar conta da temática em tela.

Uma delas parte da abordagem de grupos de status social de Weber. Weber distingue classe social de grupos de status. Classe social, segundo Weber, refere-se a

um grupo de indivíduos que, “partilhando a mesma situação de classe, isto é, a mesma ‘situação de mercado’, têm as mesmas oportunidades típicas no mercado de bens e de trabalho, de condições de existência e de experiências pessoais...” (Bourdieu, 1974, p. 64). Já os grupos de status referem-se ao “conjunto de homens definidos por uma certa posição na hierarquia da honra e do prestígio” (Bourdieu, idem, ib.). Assim, enquanto o pertencimento a uma determinada classe é determinado pela relação com a produção e aquisição de bens, os grupos de status relacionam-se ao consumo desses bens, determinado a partir do estilo de vida. Os traços constituintes do status são, assim, de ordem simbólica. O conceito de *habitus* proposto Bourdieu pretende dar conta justamente destas formas de distinção social. *Habitus* revela um conhecimento adquirido, mas também uma posse, um capital (Bourdieu, 1989: 61), traduzido pelos estilos de vida, como também pelos julgamentos políticos, morais, estéticos, etc. Lança-se mão desta análise para se determinar as relações que impactam as chances de vida dos indivíduos no mercado (Anthias, 2001, p. 840), onde o que conta é a distinção, ou seja, distinguir-se dos outros é cultivar sua diferença (Cabin, 2000, p. 28).

Um outro tipo de análise, que parte de autores identificados como pertencentes ou afinados com a escola do interacionismo simbólico – como Blumer e Goffman –, ou ainda de autores aos quais pode ser atribuída certa influência sobre a constituição desta escola – como Simmel e Mead –, pode lançar outras luzes sobre a questão discutida aqui.

De acordo com Mead (1972), o alter é o grupo organizado de atitudes das respostas dos outros que o indivíduo (“o mesmo”) assume enquanto suas. Com isso, a alteridade implicaria a percepção e reconhecimento do outro. Esse reconhecimento não implica, contudo, qualquer indício de mimetismo ou mesmo de aceitação a priori do outro.

Assim, a alteridade é um momento indispensável no processo interativo, mas

não é garantia de que um tal processo se desenvolva de forma justa, ética ou simétrica, ou seja, de que os sujeitos envolvidos nesse processo se beneficiem igualmente dos dividendos interativos daí resultantes. A alteridade, ou seja, a relação do *eu* com o *outro*, provoca medo, segregação e exclusão (Jovchelovitch, 1998, p. 69) e não é, portanto, como afirma Jodelet, unicamente o produto de construção social, mas sim “produto de duplo processo de construção e de exclusão social” (Jodelet, 1998, p. 47).

Parece-nos que indivíduos em situações econômicas desfavoráveis, ou de maneira explícita, em condições de marginalidade, contam não apenas com condições piores de competir no mercado, exercitar seus direitos e cumprir satisfatoriamente seus deveres de cidadão. Tais indivíduos estariam pior posicionados também para a construção do *self*, ao mesmo tempo em que apresentariam as condições de terem deterioradas suas identidades. A razão para isso é que estariam menos habilitados para realizar satisfatoriamente o processo interativo e, por conseguinte, de obter o reconhecimento por parte dos seus concidadãos.

O que torna a vida social possível é justamente este reconhecimento, que não é unilateral, mas mútuo, como já havia sido assinalado por Hegel e por Mead (Honneth, 1996, p. 92). Uma condição indispensável para esse reconhecimento é o estabelecimento de uma relação prática tridimensional do indivíduo com o *self*: autoconfiança, auto-respeito e auto-estima (Honneth, apud. Silva, 2000, p. 125).

Assim, indivíduos que não são capazes de estabelecer esta relação tridimensional com o *self* estariam vivenciando uma situação de deterioração de sua possibilidade de obter reconhecimento, o que, ao fim e ao cabo, representa sérios obstáculos para a constituição de relações tanto comunitárias quanto societárias. A questão que nos interessa aqui então é saber como, em um contexto de fragilização identitária, os processos de reconhecimento e auto-reconhecimento pode ser reconstituído, e de maneira

específica, quais seriam as potencialidades das mídias em assumir um papel relevante nesta empreitada.

Em seu estudo sobre os rituais de interação, Goffman analisa o trabalho de construção da face (Goffman, 1967). O termo face é definido como os valores que uma pessoa reivindica para si durante o contato com outros. Assim, face indica uma imagem do *self* delineada em termos de atributos socialmente aceitos (Goffman, 1967: 5). Nesse sentido, a própria face e a face de outros constituem constructos da mesma ordem, no sentido de que são as regras do grupo que determinam o sentimento e a aceitação das faces envolvidas.

Em situações de marginalidade a face é ameaçada ou deteriorada. Nem todos, contudo, estão em condições de recompor a face, não apenas em função de uma eventual situação psicológica pouco favorável, mas também pelas condições sociais nas quais estão submetidos. De acordo com Goffman, os outros membros da comunidade devem assumir um papel destacado na recomposição da face daqueles em situação de face ameaçada.

Esse processo pode ser realizado por indivíduos espontaneamente, ou ainda pode ser um trabalho direcionado e consciente. Goffman sugere uma cooperação no trabalho de (re)construção da face ameaçada.

É precisamente esse processo que pode ser empreendido com o suporte das mídias. Iremos analisar no próximo ato de maneira ainda exploratória e provisória de que forma as mídias, não exclusivamente as novas mídias, podem cumprir um papel relevante neste processo.

Terceiro ato: a reconstituição do vínculo comunidade-sociedade e as mídias

Na produção sociológica brasileira recente as mídias têm merecido uma atenção crescente. As mídias são analisadas a partir de uma perspectiva macrosociológica, sendo

o que se coloca em foco é sua eventual capacidade de consolidação de uma sociedade civil autônoma (Costa, 1997a e 1997b). Interesse semelhante pode ser identificado em outros autores, como Fernández (2001) e Peruzzo (1998), além dos artigos publicados na coletânea *Desafios da Comunicação*, organizado por Ladislau Dowbor et al. (2001). O que tem chamado a atenção desses autores é a vocalização de atores coletivos através das mídias, não se atendo a uma análise dos indivíduos em seu processo interativo por meio das novas mídias. Não foi possível identificar até o momento, na literatura sociológica brasileira recente, uma preocupação consistente quanto ao uso das diversas mídias no incremento das habilidades interativas e na recomposição das identidades, individuais e coletivas. A literatura disponível parece lidar com o pressuposto de que tais identidades são dadas, não reconhecendo o processo microsociológico implicado no uso das mídias. Esteves (2000) apresenta uma análise bastante profícua relacionando mídias e identidades. Contudo, seu interesse está limitado às formas correntes de apropriação das mídias, sem incorporar em sua análise as formas alternativas de manuseio das mídias que estão sendo observadas empiricamente. Como havíamos antecipado, é precisamente este aspecto que precisa ser investigado.

O processo no qual surge o *self* é um processo social, que envolve a interação de indivíduos da comunidade e a preexistência dessa comunidade (Mead, 1972:164). A comunidade ou sistema social é caracterizado pela interação do ego com o alter, mutuamente orientados. A complementaridade ou reciprocidade é possível em razão das condições prévias da existência de uma comunicação através de um “sistema comum de símbolos” ou “cultura comum” (Parsons, 1962, p. 105). Para o bom funcionamento do sistema social, o sistema comum de símbolos deve ser compatível e adequado à integração do sistema de cultura com os indivíduos que dão vida a este sistema, enquanto organismos e personalidades. Para além

disso, os sujeitos (ou atores) devem ser capazes de corresponder às exigências do sistema de papéis. Ou seja, tais atores devem ser capazes de evitar ações excessivamente passivas (o que impede a naturalidade do sistema), e tornar possível a realização das expectativas que garantem o funcionamento adequado do sistema. E é precisamente através da interação que a motivação do ego e do alter se integram aos padrões normativos, constituindo assim um sistema social (Parsons, 1959:25). Uma característica fundamental de um sistema social é sua capacidade de se manter em uma relação de interdependência com suas partes constituintes, uma vez que tais relações não ocorrem ao acaso. Aqui, interdependência é uma certa ordem nas relações entre os elementos constituintes de um sistema. Uma tal ordem deve possuir uma tendência à sua automanutenção, expressa através da idéia de equilíbrio, não necessariamente estático ou estável (Parsons, 1962, p. 107).

Alguns projetos em todo o Brasil têm trabalhado com o manuseio direto de diversas mídias (rádio, vídeo, jornal, Internet) por parte de membros de comunidades marginalizadas. Este manuseio implica a produção e veiculação de conteúdos produzidos por pessoas vivendo em tais comunidades. Esta veiculação não é necessariamente ampla (broadcasting), mas parece ter o efeito de, por um lado, estimular o processo de interpretação dos valores correntes na sociedade, apropriando-se deles a partir de sua perspectiva social mais imediata; por outro lado, como desdobramento desta apropriação, realizar a reconstituição das identidades sociais individuais e coletivas. Isso significa ao fim e ao cabo recompor as condições das comunidades marginalizadas para participar do sistema de trocas simbólicas. Com isso, é preciso, contudo, evitar interpretações ingênuas, no sentido de pensar que este seria o roteiro natural e imediato de manuseio das mídias por parte de comunidades marginalizadas. Ao contrário, o curso natural seria o de justamente reproduzir as formas correntes e conhecidas

de apropriação das mídias realizadas pelas grandes empresas de comunicação.

Não é raro, por exemplo, que o primeiro impulso ao lidar com formas de expressão midiáticas seja precisamente o de replicar o que é veiculado em larga escala. Somente um processo intenso de reflexão sobre o sentido destas práticas poderá dar espaço à apropriação propriamente dita, ou seja, à recriação da linguagem, à reconstrução da lógica comunicativa, agora menos voltada para a divulgação e vulgarização de estereótipos de si mesmos, e mais voltadas para a tentativa de estabelecer uma estratégia para o auto-reconhecimento e o reconhecimento identitário externo. Neste sentido, o uso das mídias poderá significar um novo momento para o efetivo processo de constituição de comunidades locais. Neste processo a localidade passa a ser apenas um dos elementos delimitadores, com o compartilhamento de valores assumindo um papel preponderante.

É neste contexto que o conceito de cidadania interativa passa a figurar como um elemento indispensável. Como foi indicado anteriormente, o conceito de cidadania interativa pretende dar conta precisamente da relevância do processo de interação social para o exercício da cidadania, onde os recursos simbólicos assumem um papel preponderante.

Assim, complementar aos direitos e deveres já constitucionalizados, vinculados aos direitos civis, políticos e sociais, passa a ser indispensável esta habilidade, dificilmente passível de juridicialização, de estabelecer relações interativas como mecanismo de estabelecimento de vínculos da sociedade e dos seus membros. Cidadania interativa torna-se ainda mais importante quanto estamos tratando de comunidades marginalizadas, pois paralelo ao esforço de criação de renda, assume um papel preponderante que este esforço seja acompanhado pela capacidade de participar da construção e vitalização dos valores compartilhados pela sociedade.

Notas

- 1 Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no Seminário Brasil-Reino Unido "Comunidades Locais e Comunicação", realizado na PUCRS em dezembro de 2002.

Referências

- ANTHIAS, Floya. "The concept of 'social division' and theorising social stratification: looking at ethnicity and class". *Sociology*, vol. 35, nº 4, pp. 835-854, 2001.
- BERLO, David K. *O processo da comunicação – introdução à teoria e à prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BLUMER, Herbert. *Symbolic interactionism – perspective and method*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.
- BOURDIEU, Pierre. "Condição de classe e posição de classe", In: Aguiar, Neuma (org.), *Hierarquias em classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRINT, Steven. "Gemeinschaft revisited: a critique and reconstruction of the community concept". *Sociological Theory* 19, p. 1, 2001.
- CABIN, Philippe. "Dans les coulisses de la domination". *Sciences Humaines*, nº 105, 2000.
- COSTA, Sérgio (a). "Contextos da construção do espaço público no Brasil". *Novos Estudos*, n. 47, março/1997, pp. 179-192.
- COSTA, Sérgio (b). "Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, n. 35, outubro/1997, pp. 121-134.
- DOWBOR, Ladislau et al. (org.). *Desafios da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ELIAS, Norbert e Scotson, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ESTEVES, João Pissarra. "Nova ordem dos media e identidades sociais". In: Esteves, J. P. et al., *Mídias e processos sociocultu-rais*. São Leopoldo: Unisinos, 2000.
- FERNÁNDEZ, Adrián José Padilha. "Comunicação e cidadania na virada do século – Movimentos sociais e espaço público em frequência modulada – FM". In: DOWBOR, Ladislau et al. (org.). *Desafios da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GOFFMAN, Erving. *Interaction ritual*. New York: Anchor Books, 1967.
- HONNETH, Axel. *The struggle for recognition*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1996.
- JENKINS, Richard. *Social identity*. London: Routledge, 2002.
- JODELET, Denise. "A alteridade como produto e processo psicossocial", In: Angela Arruda (org.), *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. "Re(des)coabrindo o outro – Para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais", in: Angela Arruda (org.), *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MEAD, Georg H. *Mind, self and society*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.
- PARSONS, Talcott. *The social system*. Glencoe: The Free Press, 1959.
- PARSONS, Talcott. *Toward a general theory of action*. Cambridge/MA: Harvard University Press, 1962.
- ROCHER, Guy. *Talcott Parsons e a sociologia americana*. São Paulo: Francisco Alves, 1976.
- SILVA, Josué Pereira da. "Cidadania e reconhecimento". In: Avritzer e Domingues (org.), *Teoria Social e Modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidad y sociedad*. Buenos Aires, Editorial Losada, 1947.
- TOURAINE, Alain. *O retorno do actor*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

WITTEL, Andreas. "Toward a network sociality". *Theory, Culture and Society*, vol. 18 (6): 51-76, 2001.